

Art. 10.º As normas técnicas necessárias ao processamento dos incentivos previstos no presente diploma serão aprovadas por portaria do Ministro da Defesa Nacional.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Junho de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Joaquim Fernando Nogueira* — *Luís Miguel Couceiro Pizarro* — *Beleza* — *Manuel Pereira* — *Luís Fernando Mira Amaral* — *Roberto Artur da Luz Carneiro* — *José Albino da Silva Peneda*.

Promulgado em 22 de Agosto de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Agosto de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 337/91

de 10 de Setembro

O problema habitacional só poderá ser resolvido quando o mercado de arrendamento constituir uma verdadeira alternativa ao mercado de aquisição de casa própria.

O Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, que veio aprovar o novo regime do arrendamento urbano, foi uma medida importante para dinamizar o mercado quase inexistente, ao permitir a celebração de contratos de duração limitada.

Apesar da evolução que a publicação do novo regime representa, importa criar condições que tornem mais atractivo e incentivem o investimento neste sector.

Nessa conformidade, estabelece-se agora um regime fiscal privilegiado para as rendas de contratos celebrados ao abrigo do novo regime do arrendamento urbano, com o qual se procura contribuir para uma retoma do investimento na aquisição de imóveis para arrendamento.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 20/91, de 18 de Junho, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — As importâncias recebidas, a título de renda, de contratos de arrendamento habitacional celebrados até 31 de Dezembro de 1993 ao abrigo do regime de arrendamento urbano aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, podem ser abatidas ao rendimento líquido total para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares do ano em que são englobadas, nos termos do presente diploma.

2 — O benefício a que se refere o número anterior é susceptível de ser utilizado pelo período de seis anos e aplica-se às rendas recebidas a partir de 1 de Janeiro de 1991.

Art. 2.º — 1 — Só podem ser abatidas as rendas de unidade habitacional de prédio urbano ou de fracção autónoma cujo valor não ultrapasse 150 000\$ mensais.

2 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o abatimento, que tem o limite máximo de 600 000\$, não pode ultrapassar, por cada contrato de arrendamento, o montante da renda recebida anualmente correspondente ao excedente da dedução específica a que se refere o artigo 40.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.

3 — O limite referido no número anterior é de 50 000\$ por cada mês a que correspondam as rendas recebidas, referentes a períodos inferiores ao ano e ou quando respeitem a anos diferentes daquele em que são pagas ou colocadas à disposição.

Art. 3.º Sempre que seja utilizada a faculdade de reporte de rendimentos prevista no artigo 24.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativamente às rendas a que se refere o presente diploma, podem ser reportados os correspondentes abatimentos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Julho de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *José Oliveira Costa*.

Promulgado em 22 de Agosto de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Agosto de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos

Aviso n.º 134/91

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada de França em Lisboa, o Governo da Nova Zelândia depositou, em 31 de Maio de 1991, o instrumento de adesão à Convenção Relativa à Criação da Organização Internacional de Pessoas e Medidas, de 20 de Maio de 1875, modificada em 6 de Outubro de 1921.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 26 de Agosto de 1991. — O Subdirector-Geral, *Joaquim Rafael Caimoto Duarte*.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Decreto-Lei n.º 338/91

de 10 de Setembro

A acentuada irregularidade interanual dos regimes hidrológicos que se verifica em Portugal faz com que a produção de electricidade de origem hidroeléctrica possa

apresentar consideráveis variações interanuais, implicando o recurso mais intensivo à produção termoelétrica e à electricidade importada, por forma a garantir a adequada satisfação dos consumos de energia eléctrica, assumindo os encargos com combustíveis para queima nas centrais térmicas e com compras de electricidade ao estrangeiro, também eles, uma acentuada irregularidade de ano para ano.

Para compatibilizar a referida irregularidade interanual dos custos de produção com uma política de relativa estabilidade tarifária, que, como regra, repercute sobre os consumidores a média das condições hidrológicas, foram criados, desde longa data, no âmbito do sector eléctrico nacional, mecanismos de compensação.

Pelo Decreto-Lei n.º 351/83, de 1 de Agosto, foi o FAT instituído como pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira. Esta solução veio a mostrar-se desajustada, tendo-se procedido, pelo Decreto-Lei n.º 202/86, de 2 de Julho, à extinção do FAT e sido transferidas para a então Electricidade de Portugal (EDP), E. P., as atribuições e competências do Fundo extinto, bem como a universalidade das suas obrigações e direitos.

Na sequência daquele diploma foi aplicado o actual mecanismo de correcção de hidraulicidade, com efeitos nas contas de exercício da EDP a partir de 1986, o qual foi instituído posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 23/89, de 19 de Janeiro. Os critérios então definidos para a determinação da correcção de hidraulicidade mostraram-se adequados para corrigir anualmente os resultados líquidos da EDP, de modo a corresponderem à média das condições hidrológicas. Não puderam, no entanto, evitar o agravamento acelerado do défice da conta de correcção de hidraulicidade, à semelhança do que havia já acontecido com o ex-FAT, cujo saldo continua a ser evidenciado no balanço da empresa.

Estudos de simulação realizados sobre o comportamento do saldo com longas séries hidrológicas permitem concluir da sua instabilidade. Esta instabilidade explica-se fundamentalmente pelo efeito do juro composto, pela evolução da estrutura do sistema electroprodutor, pela evolução crescente dos consumos de energia eléctrica e pela variação dos preços dos combustíveis e da energia eléctrica importada, sendo complexo, senão impossível, isolar quantitativamente o peso dos vários factores.

As situações de saldos deficitários no mecanismo de correcção de hidraulicidade e do ex-FAT não só têm dificultado a certificação das contas da EDP como criam dificuldades à reestruturação do sector eléctrico nacional, pelo desequilíbrio que introduzem nas contas das empresas a criar, nomeadamente daquela que vier a gerir a Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica.

Na óptica de cobertura financeira do risco, a conta de correcção de hidraulicidade deverá ser convenientemente reforçada, por forma que o seu saldo venha a situar-se num adequado nível positivo de referência, suficiente para compensar a ocorrência de situações de hidraulicidade desfavorável. Torna-se também necessário alterar, em parte, os correspondentes mecanismos de movimentação, procurando conciliar a correcção anual de resultados líquidos com a manutenção do saldo em níveis adequados.

Considerando que o referido Decreto-Lei n.º 23/89 desde logo admitia que a metodologia neste domínio

era passível de progressiva melhoria, de modo a tornar mais viável o sistema, pretende o presente diploma proceder à sua alteração e enquadrar a correcção de hidraulicidade no âmbito da nova estrutura organizativa do sector eléctrico nacional.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — As entidades integradas no Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP) cujas contas venham a ser consideradas significativamente afectadas pela variabilidade hidroeléctrica apresentarão contas de resultados líquidos corrigidas para a média das condições hidrológicas e balanços que reflectam os saldos resultantes da correcção de hidraulicidade.

2 — Os critérios a adoptar para efeitos do disposto no número anterior serão estabelecidos por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Indústria e Energia, a aprovar apenas aquando da existência de mais de uma entidade integrada no SEP.

3 — A gestão do mecanismo de correcção de hidraulicidade instituído pelo presente diploma competirá à entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT).

Art. 2.º — 1 — O valor anual da correcção de hidraulicidade, constituído por custos ou proveitos, engloba:

- a) O diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência;
- b) Os encargos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado de correcção de hidraulicidade;
- c) Uma parcela, que constituirá um proveito ou encargo, correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, será considerado um nível de referência para o saldo acumulado de correcção de hidraulicidade que estará indexado a um preço máximo de referência do combustível ou fonte marginal de produção, no qual se incluirá a importação de energia eléctrica.

3 — O nível de referência mencionado no número anterior deverá ser suficiente para cobrir, dentro das limitações do referido preço máximo, os custos adicionais correspondentes à ocorrência de situações hidrológicamente desfavoráveis, cuja garantia de cobertura corresponderá à implicitamente contida na da sucessão mais gravosa de regimes secos ocorrida nos últimos 30 anos.

Art. 3.º — 1 — Os critérios para o cálculo da correcção de hidraulicidade são os seguintes:

- a) O custo económico da produção de energia eléctrica num dado ano, compreendendo os custos variáveis de produção e os custos de importação e aquisição de energia eléctrica, é determinado simulando a exploração do sistema electroprodutor para as afluências reais, o nível de enchimento inicial das albufeiras verificado e as taxas consideradas normais de disponibilidade do equipamento;

- b) O custo económico de referência é determinado, para cada ano, através da simulação da exploração optimizada do sistema electroprodutor para a série histórica de ciclos hidrológicos anuais em número não inferior a 30, e em condições de consumo, enchimento inicial das albufeiras e disponibilidade do equipamento idênticas ao custo económico de produção, calculado nos termos da alínea a) anterior;
- c) Os encargos ou proveitos financeiros e a parcela a que se reportam, respectivamente, as alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 2.º serão calculados tendo em consideração uma taxa equivalente ao encargo médio, durante o exercício, da dívida da entidade concessionária da RNT;
- d) O preço do combustível ou fonte marginal de produção, no qual se inclui a importação de energia eléctrica, utilizado no cálculo dos custos económicos referidos nas alíneas a) e b) anteriores, será limitado ao preço máximo de referência utilizado na indexação mencionada nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º

2 — Para o cálculo do nível de referência do saldo da conta de correcção de hidraulicidade são utilizados os seguintes critérios:

- a) O seu valor inicial será estabelecido através da simulação do comportamento da conta de correcção de hidraulicidade e será o mínimo suficiente para cumprir a garantia expressa nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º;
- b) Em cada ano, o nível de referência e o preço máximo de referência do combustível ou fonte marginal de produção, no qual se inclui a importação de energia eléctrica, serão actualizados pela taxa de inflação do correspondente ano, a menos que a evolução previsível dos custos das várias fontes energéticas implique que aquele preço máximo não venha a acompanhar a inflação ou leve mesmo à consideração de uma diferente fonte marginal; neste caso, proceder-se-á à redefinição do nível de referência, nos termos da alínea a) deste número;
- c) Com a entrada em exploração de novos aproveitamentos hidroeléctricos, o risco e amplitude dos défices de produção associados aumentarão, pelo que deverá, em consonância, ser redefinido o nível de referência, procedendo-se ao correspondente reforço do saldo de correcção de hidraulicidade.

3 — O valor inicial e as revisões do nível de referência do saldo da conta de correcção de hidraulicidade, os reforços do saldo e as respectivas fontes de financiamento específico, a definição do combustível ou fonte marginal de produção, na qual se inclui a importação de energia eléctrica, e o correspondente preço máximo de referência, bem como o valor anual de correcção de hidraulicidade, são aprovados por despacho do Ministro da Indústria e Energia, sob proposta da entidade concessionária da RNT.

Art. 4.º — 1 — O diferencial, os encargos financeiros e a parcela constante da alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º serão contabilizados, respectivamente, em sub-

contas das contas 61, 68 e 69 ou 79 do Plano Oficial de Contabilidade — POC.

2 — O saldo do balanço, reflectindo os saldos acumulados de correcção de hidraulicidade, será registado em subconta da conta 27 do POC.

3 — Os movimentos verificados nas contas referidas nos n.ºs 1 e 2 deste artigo serão explicitados anualmente no anexo ao balanço e demonstração de resultados.

Art. 5.º As disposições deste diploma serão aplicadas aquando da apresentação das contas do exercício relativas ao ano de 1991 e seguintes pelas entidades sujeitas à variabilidade hidroeléctrica, conforme o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º

Art. 6.º — 1 — Ficam revogadas as disposições do Decreto-Lei n.º 23/89, de 19 de Janeiro, exceptuada a do n.º 3 do seu artigo 3.º

2 — O saldo negativo da correcção de hidraulicidade, registado no final do ano 2000, na respectiva subconta da conta 27 do POC, será excepcionalmente levado a custos desse exercício.

3 — O valor inicial do nível de referência, previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º, poderá ser contabilizado até ao final do ano 2000, acrescido dos respectivos juros à taxa referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Julho de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *José Oliveira Costa* — *Luís Fernando Mira Amaral*.

Promulgado em 22 de Agosto de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Agosto de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 339/91

de 10 de Setembro

O quadro legal actual do transporte aéreo regular internacional ainda impede os transportadores privados nacionais de operar em rotas já acessíveis a estrangeiros, em resultado da liberalização recente ocorrida na CEE.

Pretende-se, assim, permitir o acesso às empresas privadas a todo o transporte aéreo regular internacional, com as únicas limitações resultantes da política aérea comunitária e dos acordos bilaterais a que Portugal está vinculado.

Igualmente se reveste de inegável interesse a abertura a entidades privadas da exploração de aeroportos, por forma a permitir a dinamização deste sector, quando tal se justifique.

No que concerne ao serviço público de transporte ferroviário, atentas as suas especiais características e importância para o desenvolvimento do País, entende-se ser de manter limitado ao Estado o acesso a essa actividade, possibilitando-se, no entanto, a concessão a entidades privadas, quando tal surja como a forma mais adequada de garantir, em níveis de qualidade e eficiência, o serviço público a prestar.